



ANEXO 01

RESUMO EXPANDIDO – CONEXÃO UNIFAMETRO 2022

ALUNOS: GABRIEL LIMA BENÍCIO; MARIA JULIA LOPES DE MELO
MATRÍCULAS: 1-2022223507; 1-2022122592

OS IMPACTOS DO DESMATAMENTO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

GABRIEL LIMA BENÍCIO

gabriel.benicio01@aluno.unifametro.edu.br

MARIA JULIA LOPES DE MELO

maria.melo05@aluno.unifametro.edu.br

RESUMO:

A floresta amazônica detém um total de um terço da vegetação viva mundial, garantindo o equilíbrio climático, sendo a principal responsável pela garantia dos estoques de água doce, qualidade do solo e retenção de carbono, logo, se torna fundamental para atividades econômicas, por exemplo a agricultura. O desmatamento da Amazônia é imprescindível no aspecto agropecuário, através de tal atividade é possível a obtenção de matéria prima para fins alimentícios. Em contrapartida, a degradação ambiental, traz inúmeras consequências negativas como grande perda da biodiversidade de fauna e flora, vegetações inteiras desmatadas, aumento de gases que irão diretamente para a atmosfera e que pioram o efeito estufa, consequências essas que refletirão diretamente nas gerações seguintes. Entidades governamentais que são responsáveis por fiscalizar o território brasileiro, mostram um crescimento exponencial de área desmatada, nos últimos 4 anos. Dessa forma, o Direito Constitucional Brasileiro busca delimitar e normatizar as atividades ambientais através de leis e normas, no entanto, o atual conjunto de leis, é ineficiente para desmatamentos mais severos, o que faz com que haja necessidade de medidas de combate mais eficazes para gerar uma sustentabilidade socioambiental. Com base nisso, o principal objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão científica, dentro de uma revisão de literatura, buscando sugestões para a dosimetria da pena em face dos crimes ambientais, a fim de que seja proporcional à severidade do dano causado, além de ofertar melhorias aos profissionais competentes dos órgãos fiscalizadores que obtiverem maior efetividade em seus cargos no combate ao desmatamento da Amazônia.

Palavras-chave: Desmatamento Ambiental. Amazônia. Direito Constitucional.

1 INTRODUÇÃO

Para obtenção de matéria-prima e produção de bens alimentícios, torna-se necessário a utilização de zonas territoriais, que são conquistadas, muitas vezes através do desmatamento, que consiste na retirada de árvores de um território. A Constituição Federal delimita as relações jurídicas que abordam o solo e o subsolo, visando necessidades dos brasileiros e de habitantes estrangeiros de forma a atender diretamente aos valores inclusos à dignidade da pessoa humana (FIORILLO, 2010).

A amazônia brasileira constitui um terço da vegetação mundial, equivalente a aproximadamente 3,5 milhões quilômetros quadrados de floresta tropical úmida. Somente em um hectare de terra da região amazônica, é possível encontrar mais de 55 mil espécies vegetais.

Portando o título de maior floresta tropical do mundo, mais de cem espécies de altíssimo valor, sendo utilizadas principalmente em construções civis e movelaria fina, garante o fornecimento de água potável apresentando os maiores estoques de água doce do mundo, elevada concentração de absorção de carbono do planeta, participando do ciclo climático evitando o agravamento do processo de aquecimento global, mantendo o clima equilibrado, flora mais abundante e importante para a obtenção de substâncias que são utilizadas nas composições de medicamentos que são distribuídos e comercializados por todo o globo (LUCIANO, 2010).

Cada vez mais afetada com o desmatamento, a floresta amazônica, perdeu mais da metade de seu território, acarretando inúmeros prejuízos em sua fauna, flora e população local, incluindo diversas tribos indígenas. Fazendo-se essencial compreender e analisar o desmatamento, onde o governo brasileiro realiza constantemente formas de controle que até então foram falhas (LUCIANO, 2010).

A realização de tal atividade degradativa, mesmo de forma controlada, infelizmente, implica diretamente na perda de carbono e redução da densidade florestal, além da diminuição severa da biodiversidade brasileira de fauna e flora. Já a forma mais prejudicial, o desmatamento ilegal, realizado por empresários do agronegócio, e pela própria população local incluindo contrabandistas e indígenas, acarreta em consequências como: genocídio dos povos indígenas,

erosão de grandes terrenos e impacta diretamente na economia da região (KULEVICS, 2020).

No entanto o impacto do desmatamento ambiental na amazônia brasileira, coexiste com todos os problemas citados e continua com grande avanço e tentativas de controle ineficazes. Dessa forma a presente pesquisa tem como objetivo propor melhorias nas políticas ambientais afim de reduzir os danos que se apresentam em crescimento constante.

2 METODOLOGIA

Foi realizada revisão mediante consulta às bases de dados SciELO, selecionando-se publicações científicas recentes, da última década, e representativas do tema por meio dos descritores: amazônia, desmatamento, direito ambiental. Também foi feita a busca em doutrinas sobre o tema.

3 DESENVOLVIMENTO

O Projeto MapBiomas realizou um levantamento após estudos das imagens de satélite da década de oitenta até os dias atuais, revelando um cenário impactante. As imagens mostram o resultado deixado pelo fogo sobre o território brasileiro, a cada um desses anos.

Do nosso território foi desmatado cerca de cento e cinquenta quilômetros quadrados, ou um vírgula oito por cento do país. Após a realização de cálculos matemáticos, é possível obter o resultado final de toda a área queimada durante os anos, que é equivalente a dezenove vírgula seis por cento do nosso país, sendo sessenta e cinco por cento disso, apenas vegetação nativa. O maior estado prejudicado foi o Mato Grosso seguido Pelo Pará e logo após, Tocantins.

Embora maior parte das áreas queimadas tenham ocorrido nos anos de seca extrema (entre 1998 e 2017), o desmatamento desenfreado também ocorreu em outros anos. O período de maior seca se encontra entre julho e outubro e chega a concentrar mais de oitenta por cento de desmatamento no país (MAPBIOMAS, 2022).

No entanto exista claramente a consciência da importância da floresta viva, a destruição desordenada vem crescendo cada vez mais nos últimos tempos. Em 2020, diversos programas de monitoramento apontam crescimento em área desmata no país, maior até que em 2019, que foi quase trinta por cento maior que no ano onde o atual governo entra em vigor, que utiliza de uma política intensa de desmonte de controle e de apoio à conservação da floresta (RAMOS, 2021).

Com o aumento anual gradativo da temperatura, o Brasil corre contra o tempo para travar a batalha de combater o aquecimento global, infelizmente é um dos países que mais sofre com desmatamento, uma possível saída seria a diminuição dessa atividade lesiva para concessão de carbono, que compensaria as emissões provenientes de outras fontes. O Ministério das Relações Exteriores não concorda com tais mudanças, mas futuramente será quase que inevitável mudar. Quanto antes medidas forem tomadas, melhor é para a Amazônia e para o mundo (FEARNSIDE, 2010).

Como consequências do desmatamento ilegal, temos um grande desfalque na biodiversidade atingindo o habitat natural de inúmeros espécimes, facilitando a extinção de animais; Desproteção dos solos, onde agentes erosivos acabam atingindo o solo deixando o mesmo impróprio para plantação e por fim o processo de desertificação, onde aquele terreno passa a ser somente areia, refletindo em mudanças climáticas intensificando o aquecimento global (FEARNSIDE, 2010).

Considerando os dados citados através das análises realizadas pela MapBiomas, chegamos a conclusão que o desmatamento avança de uma forma alarmante nos últimos anos, levando em consideração a fiscalização de forma ineficaz juntamente de uma pena insuficiente aos responsáveis, onde os prejuízos deixados para as gerações futuras podem ser irreversíveis, devido o dano causado no solo deixa-o impróprio para o reflorestamento.

Segundo o artigo 50 da Lei nº 9.605 de 12 de Fevereiro de 1998, da lei de crimes ambientais, causar danos à floresta e vegetação, que façam parte de área de preservação gera pena de reclusão 3 meses a 1 ano e multa e o desmatamento de áreas públicas, ocasionam em pena de reclusão de 2 a 4 anos juntamente de multa.

Diante do resultado insuficiente das normas vigentes, seria congruente um projeto de lei federal, que visasse o aumento das penas de reclusão atuais e os tornassem inafiançáveis, imprescritíveis e inalienáveis, devido a gravidade do impacto sobre não só a Amazônia, mas a população futura do planeta, além de disso, seria condizente inserir disciplinas nas grades curriculares dos alunos do ensino fundamental, que tratassem da importância do meio ambiente e dos perigos do desmatamento como uma questão socioambiental, onde promovessem ações em conjunto aos órgãos responsáveis da área.

Afim de estimular e potencializar a ação e trabalho dos órgãos fiscalizadores, torna-se interessante também, uma melhoria salarial através da uma bonificação de cada ação bem-sucedida em cada missão de combate ao desmatamento ilegal enaltecendo o trabalho de cada autoridade envolvida nos trabalhos de prevenção, através desses estímulos teríamos ações de formas mais intensivas, projetando uma maior preservação territorial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o término dessa pesquisa, tivemos uma ampla percepção do avanço do desmatamento ambiental na Amazônia e o quanto temos que tomar iniciativas a fim de buscar urgentemente o combate de uma forma mais intensiva.

A partir da mudança em nossa base educacional, valorização dos profissionais responsáveis pela fiscalização, e aumento nas penas por consideração aos prejuízos deixados a saúde das nossas futuras gerações a nível mundial, apresentaríamos grandes avanços quanto ao combate ao desmatamento, valorizando assim o chamado “pulmão do mundo” nossa floresta amazônica.

As possibilidades das sugestões em nosso artigo, são possíveis, trazendo diversas melhorias a coletividade. Com o reflorestamento e expansão das áreas verdes na floresta, teríamos um grandioso desaceleramento no inevitável e tão temido aquecimento global, garantindo uma maior qualidade de vida para nossas gerações futuras de forma de longo prazo, e até mesmo nosso próprio futuro, pois diariamente sentimos os impactos do avanço do aquecimento global em nossa região.

Ao adentrarmos em cada tema de nossa pesquisa, chegamos à conclusão que apesar de todas as ações fiscalizadoras e órgãos competentes trabalhando em conjunto, ainda nos encontramos numa situação crítica que vem se agravando mais rapidamente e requer uma intervenção urgente como as citadas em nosso estudo.

5 REFERÊNCIAS

FEARNSIDE *et al.* Consequências do desmatamento da Amazônia. **Scientific American Brasil Especial Biodiversidade**, pp. 54-59. Rio de Janeiro. Set. 2010.

FIORILLO *et al.* Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo, São Paulo. v.20, set. 2020

KULEVICZ *et al.* Análise da vulnerabilidade genética das florestas e argumentos para redução do desmatamento. **Revista Ambiente e Sociedade**. São Paulo, São Paulo. v.23. jun.2020

LUCIANO *et al.* Amazônia... a ferro, a fogo e a sangue!. Brasil, Curitiba. 2010.

Projeto Mappiomas - coleção 2022.1 da Série Anual de Mapas da Cobertura e Uso do Solo do Brasil 2022.

RAMOS *et al.* Amazônia sob Bolsonaro. **Aisthesis**. V.70. Chile, Santiago. dez.2021